13ª REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2409 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 23 - Gênero, Sexualidade e Educação

O bullying LGBTfóbico e sua naturalização em escolas públicas de ensino médio

Adriane Giugni da Silva - UEPA - Universidade do Estado do Pará

O presente texto resulta de uma pesquisa que investigou o*bullying* LGBTfóbico vivido por alunos LGBTs do ensino médio, em escolas públicas de Belém. A pesquisa resulta de ter-se detectado a ausência de políticas públicas referentes à diversidade sexual e identidade de gênero que subsidiassem a formação educacional desses sujeitos sem discriminação, de modo a prevenir e evitar a marginalização e a consequente exclusão socioeducacional destes. Buscou-se responder a seguintes questões norteadoras: Os alunos LGBTs das escolas investigadas são vítimas de *bullying* em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero? Tais práticas influem negativamente na aprendizagem desses sujeitos, impactando na formação educacional e na socialização dos estudantes investigados? Efetivou-se revisão de literatura, mediante pesquisa bibliográfica e documental, para fundamentar teórico-filosoficamente a pesquisa e auxiliar na análise. Como instrumentos técnicos, utilizam-se questionários e entrevistas, aplicados a docentes, discentes e outros, que cruzados permitiram analisar e proceder às considerações do investigado. Os resultados confirmaram a presença de *bullying* LGBTfóbico nas escolas, influindo negativamente na aprendizagem, formação educacional e na socialização dos estudantes LGBTs.

O *bullying* LGBTfóbico e sua naturalização em escolas públicas de ensino médio

Resumo

O presente texto resulta de uma pesquisa que investigou o*bullying* LGBTfóbico vivido por alunos LGBTs do ensino médio, em escolas públicas de Belém. A pesquisa resulta de ter-se detectado a ausência de políticas públicas referentes à diversidade sexual e identidade de gênero que subsidiassem a formação educacional desses sujeitos sem discriminação, de modo a prevenir e evitar a marginalização e a consequente exclusão socioeducacional destes. Buscou-se responder a seguintes questões norteadoras: Os alunos LGBTs das escolas investigadas são vítimas de *bullying* em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero? Tais práticas influem negativamente na aprendizagem desses sujeitos, impactando na formação educacional e na socialização dos estudantes investigados? Efetivou-se revisão de literatura, mediante pesquisa bibliográfica e documental, para fundamentar teórico-filosoficamente a pesquisa e auxiliar na análise. Como instrumentos técnicos, utilizam-se questionários e entrevistas, aplicados a docentes, discentes e outros, que cruzados permitiram analisar e proceder às considerações do investigado. Os resultados confirmaram a presença de *bullying* LGBTfóbico nas escolas, influindo negativamente na aprendizagem, formação educacional e na socialização dos estudantes LGBTs.

Palavras-chave: *Bullying* LGBTfóbico. Diversidade sexual. Identidade de gênero. Exclusão escolar.

1 Introdução

O presente texto resulta de uma pesquisa que investigou o*bullying* LGBTfóbico vivenciado por alunos LGBTs de ensino médio em escolas públicas de Belém. Em decorrência de inúmeros estudos desenvolvidos em escolas públicas na RMB, observou-se que as práticas de *bullying* contra alunos LGBTs são corriqueiras e naturalizadas nas escolas públicas investigadas, apesar de serem invisíveis aos olhos de gestores, professores e outros profissionais da educação.

Cotidianamente a população LGBT vivencia em diversos ambientes brasileiros, inclusive nas escolas, situações preconceituosas de exclusão social, negação de cidadania e da dignidade preservada à pessoa humana, violação de direitos e garantias constitucionais (CF/88). No decorrer da atuação didático-pedagógica desta pesquisadora, observou-se nas escolas investigadas elevado índice de preconceito e discriminação à comunidade LGBT. Identificaram-se conflitos envolvendo adolescentes LGBTs, funcionários e educadores, e práticas de *bullying* LGBTfóbico, ascendente e descendente, por meio de agressões verbais e físicas, porém identificadas pelos gestores e outros profissionais como atos de violência.

O *bullying* LGBTfóbico presente nas escolas caracteriza-se como uma privação imposta ao sujeito LGBT, negando-lhe os direitos que lhes são devidos como ser social. Nesse sentido, este estudo reveste-se de significativa importância, pois denuncia a prática do *bullying* LGBTfóbico como inconstitucional e excludente, devendo ser combatida. Rios (2009) assinala que somente dessa forma, em uma perspectiva "inclusiva", poder-se-á garantir igualdade de direitos aos indivíduos, independente de sua orientação sexual e de identidade de gênero.

A investigação desta problemática é também relevante à medida que o preconceito no interior da escola provoca a evasão escolar dos LGBTs, desconsiderando o direito previsto nos ordenamentos jurídicos normativos e legais brasileiros e internacionais, os quais asseguram o direito de todos à educação, conforme prescreve a CF/88, a LDB 9394/96, a Declaração Universal de Direitos Humanos (Art.VI, VII, 1948) e outros ordenamentos jurídicos, educacionais e acordos internacionais, que dispõem sobre os direitos humanos, o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Representantes políticos da bancada religiosa no Brasil e demais pessoas LGBTfóbicas, grupos conservadores culturais e religiosos, são na atualidade os maiores críticos sobre a educação referente à diversidade sexual e identidade de gênero ser função da escola na educação básica. Tais grupos, defensores da heterossexualidade, por aversão e ódio aos que divergem da regra heteronormativa, defendem a ideia de que essa discussão deve ser realizada no seio familiar, embora a maioria das famílias não o faça.

Em consequência, seja pela ausência de formação educacional, de orientação familiar ou mesmo por ideologia e ignorância, há no país (e mundialmente) grande quantitativo de pessoas e grupos geradores de opiniões, promotores de violência física, psicológica e moral que discriminam os LGBTs, isto é, são LGBTfóbicos que, por questões culturais, sociais, ideológicas e/ou religiosas, opõem-se à homossexualidade, à formação educacional de respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero no ambiente escolar.

A sociedade brasileira não pode ignorar os elevados índices de violência contra a população LGBT, tampouco pode ignorar seus direitos, previstos nas Convenções de Direitos Humanos, na Constituição Federal de 1988, além de outros preceitos legais. Desconsiderar os direitos de todo sujeito social significa estimular e reforçar comportamentos discriminadores e preconceituosos, potencializando-os e corroborando com o aumento da violência e da prática de atos criminosos.

Diante dessa realidade, buscou-se pesquisar as práticas homofóbicas vivenciadas por estudantes LGBTs no decorrer de seus estudos de nível médio, em escolas públicas de Belém, haja vista que a ausência de políticas públicas sociais sobre diversidade sexual e identidade gênero, que subsidiem a formação educacional dos sujeitos sem discriminação, resulta na marginalização e consequente exclusão dos LGBTs no/do meio socioeducacional.

Assim, definiram-se os seguintes problemas: Os alunos LGBTs das escolas investigadas são vítimas de*bullying* em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero? Tais práticas influem negativamente na aprendizagem desses sujeitos, impactando na sua formação educacional e na socialização dos estudantes investigados? Para responder essas questões, buscaram-se identificar no cotidiano escolar dos estudantes LGBTs as práticas discriminatórias vivenciadas pelos mesmos, assim como a influência do *bullying* LGBTfóbico na aprendizagem e na formação educacional destes.

2 Metodologia

Para efetivar a este estudo partiu-se de uma abordagem qualitativa, que segundo Severino consiste em "[...] um conjunto de metodologias, envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas" (SEVERINO, 2016, p 125). Nesse sentido, procedeu-se pesquisa bibliográfica, mediante consulta em diversos autores estudiosos do assunto (SPENCER, 1999; FERNANDES, 2007; ERIBON, 2008; DIAS, 2009, 2016; FURLANI, 2009; JUNQUEIRA, 2009; LOURO, 2009, 2014; RIOS, 2009; STEARNS, 2010; SILVA, 2010, PILLAY, 2013; entre outros), além do levantamento de informações contidas em dissertações, teses, livros, artigos, leis e demais produções científicas que auxiliaram os colaboradores voluntários na apropriação de conhecimentos e o aprofundamento teórico-filosófico e ideológico da temática.

A pesquisa foi dividida em dois momentos: o primeiro, dedicado ao aprimoramento teórico, a partir da supracitada pesquisa bibliográfica, que para Lüdke e André (1986) é a habilidade fundamental promovida nos cursos de graduação, pois constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. A apropriação de massa crítica é fundamental e

necessária ao aprofundamento teórico-filosófico sobre dado assunto ou problema, possibilitando análises e discussões sólidas, suscetíveis a posteriores discussões críticas sobre o fenômeno investigado. O segundo, referente à pesquisa de campo, utilizada com o objetivo de conseguir informações e conhecimentos acerca do problema investigado, ou da hipótese que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Para realizar a pesquisa de campo elaboraram-se questionários, que foram aplicados aos interlocutores (gestores, professores e alunos) à coleta de informações, que forneceram dados complementares para análises e comparações provenientes das observações diretas, das entrevistas realizadas e dos documentos coletados em algumas escolas. Após a aplicação dos questionários, selecionaram-se alguns interlocutores (professores, alunos, vice-diretoras) para a realização de entrevistas semiestruturas, a fim de se obter informações mais detalhadas sobre o estudo.

No decorrer da pesquisa de campo vivenciaram-se algumas dificuldades, resultantes de inseguranças e receios em informar a realidade, ocasionadas por condições adversas, tais como: resistência dos interlocutores em informar e responder os questionamentos; negação em ceder informações ou informar erroneamente; desinteresse ou receio em informar a realidade; dificuldade no acesso aos interlocutores, provocada deliberadamente pelos gestores; entre outras. Essas reações decorrem do fato de o pesquisador ser visto com desconfiança, como um estranho, e todo estranho é sempre um inimigo (MARTINS, 2009).

Como instituições públicas não podem impedir a realização de pesquisas, pois se trata de ambiente público, a investigação foi autorizada e realizada. Apesar das adversidades vivenciadas no processo de investigação, em razão de se prever a ocorrência de tais barreiras, mediante o uso e cruzamento das técnicas de observações diretas, questionários e entrevistas, conseguiu-se reduzir a margem de erros dos resultados.

Na tabulação dos questionários utilizou-se o software denominado PSPP, versão em português do SPSS. Isso permitiu gerar relatórios tabulados, normalmente utilizados na realização de análises descritivas e inferências a respeito de correlações entre variáveis. O uso desta ferramenta estatística favoreceu o cruzamento das variáveis consideradas importantes e isso também possibilitou visualizar as contradições.

3 Resultados e Discussão

A análise dos dados da presente pesquisa permite afirmar, apesar da ampla discussão nacional e internacional sobre a temática, que os interlocutores dispõem de precário conhecimento a respeito do *bullying* LGBTfóbico, tanto os gestores, quanto os professores e alunos.

Também ficou patente o desinteresse dos gestores e professores sobre a temática, justificados pelos mesmos em razão da desinformação e inexistência de discussão por ocasião da formação inicial destes. A esse respeito 64% dos professores responderam que a questão da diversidade sexual e de gênero não fez parte do conteúdo programático de sua formação inicial superior e também não lhes foram oferecidos qualquer curso de formação continuada.

Apesar disso, 88% dos professores responderam ser importante à discussão sobre o *bullying* LGBTfóbico nas escolas e informaram que gostariam de realizar cursos, caso fossem oferecidos. Quando inquiridos sobre a presença de alunos LGBTs nas escolas que atuam, 90% dos professores confirmaram haver alunos LGBTs em suas salas, mas relataram desconhecimento a respeito de vivenciarem ou não o *bullying* LGBTfóbico, pois não haviam observado.

Em relação ao termo homossexualidade, 68% dos gestores e professores responderam que ser “opção sexual” e 26% “orientação sexual”. Apesar de não se considerarem discriminadores, 60% deles responderam ser contrários à adoção de crianças por casais LGBTs e 30% deles preferiram não opinar.

Quando questionados se trabalhariam a sexualidade como tema transversal em suas disciplinas, 78% dos professores responderam que não fariam isso, pois não saberiam como abordar essa temática em suas aulas. Entretanto, 68% dos professores afirmaram que gostariam de aprender a discutir a temática da sexualidade, da diversidade sexual e da orientação de gênero.

Em uma entrevista, uma professora assim se posicionou:

> Nas escolas que trabalho tem muita violência, sabe! Às vezes os meninos ofendem as meninas, falam palavrões e “xingam” os meninos que aparentam ser homossexuais. Quando fazem na sala aula mando me respeitarem e falo que vou mandar para a diretora, mas sei que isso não resolve. Gostaria de saber como resolver isso!

A declaração da professora denota sua preocupação com a questão do *bullying* LGBTfóbico por ela presenciado na sala de aula, apesar não se dar conta disso, pois identificou as ocorrências como violência. Como ela, 65% dos professores declararam haver violência nas escolas que lecionam, porém 78% informaram não ter vivenciado ou presenciado qualquer conflito relacionado à sexualidade dos alunos.

Quando questionados sobre o trabalho com alunos LGBTs, 85% informaram que se sentem aptos a trabalhar com alunos homossexuais, entretanto 42% disseram conhecer pouco sobre educação sexual e 40% responderam não conhecer nada a respeito da temática.

Observaram-se algumas contradições nas respostas, que ao serem questionadas, permitiram compreender os conflitos vivenciados pelos professores no seu cotidiano profissional, em especial relacionados e justificados pela formação inicial precarizada, associados às inseguranças e incertezas da profissão. Além disso, todos se queixaram de baixos salários, muito trabalho, pouco tempo para estudar, ausência de financiamento para estudos, do desrespeito da sociedade com o

professor, dos atuais problemas a que estão expostos, tais como: “as agressões verbais e físicas desferidas pelos alunos de hoje”, além de outros.

Em relação aos questionários aplicados aos alunos, quando perguntados sobre o termo homossexualidade, 68% responderam ser “opção sexual”, 18% disseram ser pecado e 8% “orientação sexual”.

Quanto à discussão na escola sobre sexualidade, em especial sobre a homossexualidade, 80% dos alunos responderam não haver qualquer discussão a esse respeito, apesar de terem informado, em todas as escolas, a presença elevada de alunos “gays” (denominação dos alunos), contudo, 64% disseram desconhecer sobre os LGBTs sofrerem *bullying* LGBTfóbico na escola.

Em relação às discussões sobre LGBTfobia, 58% dos alunos afirmaram haver e 42% responderam inexistir qualquer discussão a esse respeito. Mais contradições nas respostas, pois 80% dos alunos informaram não haver discussão sobre homossexualidade. Para não haver dúvidas sobre o entendimento dos alunos a respeito do conceito de *bullying* LGBTfóbico, foi-lhes questionado sobre o mesmo. 65% responderam compreender e explicaram o significado e 35% disseram ter dúvidas.

4 Considerações finais

Observou-se na pesquisa a presença do *bullying* LGBTfóbico nas escolas investigadas, a despeito dos interlocutores tentarem escamotear e omitir seus preconceitos em relação às pessoas LGBTs, sobre a questão da diversidade sexual e identidade de gênero, pois seus valores e opiniões encontram-se impregnados por uma cultura LGBTfóbica, reproduzida socialmente e transmitida nas escolas por meio de uma orientação educacional que serve para naturalizar a prática do *bullying* contra todos que desviam da norma heterossexual. Trata-se de uma formação reprodutora de preconceitos e estereótipos e de reforço à heterossexualidade como padrão a ser seguido, resultando na exclusão daqueles que não se enquadram neste padrão.

A análise dos dados coletados evidenciou que a quase totalidade dos gestores, assim como a maioria dos professores mascaram a ocorrência do *bullying* LGBTfóbico, identificando-o como problemas relativos à violência. Disso resulta a quase invisibilidade do *bullying* praticado contra a comunidade LGBT nas escolas, vez que os interlocutores (gestores e professores) dissimularam essa ocorrência, reconhecendo-a como violência, ao invés de enfrentarem os problemas relacionados à discriminação, marginalização e exclusão de pessoas LGBTs.

A invisibilidade a respeito da diversidade sexual e identidade de gênero nas escolas são necessárias à heteronormatização, e isso normaliza e naturaliza o *bullying* contra os LGBTs. A omissão da comunidade acadêmica, gestores, professores, alunos e demais envolvidos no processo educacional e da própria sociedade a respeito da diversidade sexual e identidade de gênero, por motivos religiosos, moralismos ou conservadorismos, perdura nesta segunda década do século XXI, condenando à reclusão, marginalização e exclusão os diversos, os “diferentes”, os considerados “anormais”, os LGBTs e todos àqueles que se distinguem dos padrões hegemônicos heterossexuais, discriminados como “desviantes”, pois não seguem as regras heterossexuais prevalentes, estabelecidas nas normas sociais, regras morais e religiosas.

Estigmatizados, os estudantes LGBTs em processo de formação no interior das escolas mantêm-se quase sempre isolados do convívio coletivo, representado pela maioria heterossexual. Esses alunos padecem do que se denomina *exclusão integrativa marginal*, pois são excluídos e marginalizados, a despeito de encontrarem-se matriculados e inseridos nas escolas. Nestes termos, a invisibilidade autoriza todo tipo de violência e perseguição, reforçando a discriminação e marginalização social e escolar vivenciada por esses sujeitos.

Para não concluir, observa-se que a discussão da matéria favorece a práxis, a dialética ação-reflexão-ação com vistas a promover uma educação crítica, reflexiva sobre a temática da diversidade sexual e identidade de gênero, a qual é função da escola como lócus nevrálgico privilegiado de formação do sujeito social, propício ao exame e ao enfrentamento do *bullying* LGBTfóbico naturalizado nas escolas.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Brasília, DF: Senado Federal, 2008.

DECLARAÇÃO Universal de Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em:< http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2018.

DIAS. M. B. **União Homoafetiva**: o Preconceito e a Justiça. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

_____. **Manual de Direito das Famílias**. 11. ed. São Paulo: Ed. Revistas dos Tribunais, 2016.

ERIBON, D. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FERNANDES, J. F. **O adolescente homossexual na dinâmica escolar.** Campo Grande, MS**:** Gênero e Sexualidade, 2007.

FURLANI, J. Direitos humanos, direitos sexuais e pedagogia *queer*: o que essas abordagens têm a dizer à Educação Sexual? In: JUNQUEIRA, R. **Diversidade sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas (Org.). Brasília: MEC/SECAD/UNESCO, 2009. p. 293-323.

JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas (Org.). Brasília: MEC/SECAD/UNESCO, 2009.

LOURO, G. L. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, R. **Diversidade sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas (Org.). Brasília: MEC/SECAD/UNESCO, 2009. p. 85-93.

_____. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

PILLAY, N. **Nascidos livres e iguais.** Brasília, DF: Nações Unidas, 2013.

RIOS, R. R. Homofobia na perspectiva dos Direitos Humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/SECAD/UNESCO, 2009. p.53-83.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, C. **A igualdade ainda vai chegar**: desafios para a construção da 'cultura do respeito' aos direitos de cidadania do segmento LGBTST em uma escola pública do município de São Paulo. Tese (Doutorado) – FEUSP, São Paulo, 2010.

SPENCER. C. **Homossexualidade**: uma história. Rio de Janeiro: Record, 1999.

STEARNS, P. N. **História da Sexualidade**. São Paulo: Contexto, 2010.